

O EMBATE ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO: AS GREVES NO MEIO AGRÁRIO PAULISTA NA DÉCADA DE 1980¹

José Flávio BERTERO²

- RESUMO: O presente texto consiste num estudo das greves dos trabalhadores rurais no Estado de São Paulo, na década de 1980. Tais greves são vistas como expressões das contradições sociais reinantes no campo, decorrentes da sua industrialização. Daí a similitude entre as greves com que se defronta e as greves operárias.
- PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; capital; exploração; conflitos; greves; lutas de classe.

O movimento da mão-de-obra segundo as oscilações do mercado de trabalho causa, sem dúvida, uma dispersão dos trabalhadores. No entanto, à medida que esses trabalhadores começam a se fixar em grande número na periferia das cidades circunvizinhas aos locais de trabalho, mais freqüentemente usinas, plantações de cana e de laranja, formando as chamadas "cidades-dormitórios",³ vai se desenvolvendo uma maior aproximação entre eles, mediante a identificação de problemas comuns e o estabelecimento de formas de solidariedade. Ao mesmo tempo em que isso acontece, emerge um sindicalismo rural mais combativo,⁴ com novas lideranças, algumas das quais constituídas por volantes, e cujas reivindicações podem ser resumidas na melhoria das condições de trabalho e de vida (Alves, s.d.). Tudo isso foi possível porque no bojo das transformações da agricultura surge uma nova geração

1 Versão ligeiramente modificada do apêndice II, da tese de doutorado (inédita), apresentada ao Departamento de Sociologia da FLCH da USP, em 1991

2 Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

3 Constituindo-se na mão-de-obra fundamental na colheita da cana-de-açúcar, esses trabalhadores, como se demonstrará a seguir, sem especialização, vêm-se na contingência de aceitar qualquer trabalho durante a entressafra. Trabalhando no campo em certas épocas do ano, eles concentram-se nas periferias das grandes e médias cidades, mas também nas cidades de pequeno porte, tidas como dormitórios, onde em geral não dispõem de captação de esgotos, os quais correm pelas ruas, nem de creches, nas quais possam deixar os seus filhos, isto sem falar da assistência médica, sempre deficitária (Equipe Fase, 1989, p. 34; Baccarin et al., 1988, p. 18-9).

4 Tem-se, desde então, além da criação de sindicatos de trabalhadores rurais constituídos basicamente de volantes, como é o caso de Guariba, por exemplo, a tentativa destes em tomarem, via eleições, os sindicatos já existentes, mas dirigidos por pessoas em geral não comprometidas com a luta daqueles trabalhadores (Alves, s.d.).

de trabalhadores rurais, já afastada, há muito, da propriedade dos meios de produção, ou que nunca fora proprietária destes meios. Esta nova geração de trabalhadores é, em grande parte, formada por filhos de volantes ou, quando não, oriundos de outras atividades bastante distanciadas, pelas particularidades que encerram, do domínio do ofício, como sucedia com o colono, o parceiro, o empreiteiro, os pequenos arrendatários e proprietários anteriores aos anos 60, que conheciam as estações, as variedades de solo, os tratos culturais, as épocas de plantio, colheita, as pragas e doenças etc (Bertero, 1983, cap.1; Candido, 1964, cap.8 da 2ª parte; Brandão, 1981, cap.3, Abromoway, 1985, p.48). Esse saber do trabalhador já lhe havia sido expropriado e substituído por um novo saber: o técnico-científico, o qual, por não lhe pertencer, escapa-lhe ao controle. Ao trabalhador, cabe agora executar tarefas específicas e simples, como as de cortar cana, apanhar laranja, colher algodão ou café, carpir etc., o que, apesar de ainda requerer uma certa habilidade e destreza, não mais exige de sua parte uma ampla aprendizagem. Esse fato faz que perca a sua anterior qualificação e, portanto, o seu virtuosismo (Alves, s.d., p.3; Fischer et al., 1987, p.67-80).⁵ A industrialização do campo o desqualifica. Ao fazer isso, simplifica o seu trabalho, efetivando o seu caráter abstrato.⁶ Nisso reside o segredo da sua mobilidade por entre as várias atividades rurais e urbanas, suposto e resultado da unificação do mercado de trabalho, e que caracteriza o fluxo de mão-de-obra a que nos referimos no início do presente texto

Assim formados no meio da divisão social do trabalho, esses trabalhadores distanciaram-se tanto da produção rural à antiga, isto é, realizada nos moldes tradicionais, em que ainda eram expertos e em que havia uma certa identidade entre eles e a terra, com esta se lhes apresentando como um “laboratório natural”, a ponto de já não mais almejarem a volta de tal situação anterior, como ainda acontecia, de certa forma, com os trabalhadores assalariados dos anos 60 e até mesmo 70, e como ainda acontece com a maioria dos pequenos produtores semiproletarizados. Há, objetivamente, um rompimento com o passado, ao qual segue um rompimento com as concepções nostálgicas e passadistas (Velho, 1980, p.157-68; Rangel, 1986, p 74) Com as modificações ocorridas nas condições objetivas da existência daqueles trabalhadores, também a subjetividade deles tende a se modificar.⁷ Essas novas condições, objetivas e subjetivas, põem para eles questões igualmente novas, relacionadas com as novas condições de trabalho e de vida, a que estão submetidos. Por isso, as suas reivindicações passaram a ser, desde então, essencialmente trabalhistas (Alves, s.d., p.2). Significa isso que as suas reivindicações se tornaram mais gerais, isto é, comuns a todos os trabalhadores assalariados (p.4). É basicamente em torno

5 Para um exame teórico desse ponto, ver Marx, 1983, Livro I, v 1, seção IV, 1972, v 2, cap 3, Oliveira, 1977 Rosdolsky, 1979, cap 16-7, Belluzzo, 1980, cap 3, item 3

6 É a indústria, agora chegada ao campo, que faz que o trabalho se torne realmente simples Teoricamente, esse ponto foi estudado por Fausto, 1983, parte 2, cap 3

7 Acerca da determinação social da subjetividade, ver Marx, 1983, Livro I, v 1, cap 1-2-4, Marx, 1973, v 1, cap 23, v.3, item 5, Silveira, 1989, Séve, 1980; Giannotti, 1966, cap 4 e 1983, cap 5, item 3.

delas que se explicitam agora as lutas sociais no campo. Parece ter ficado cada vez mais claro para eles que já não é mais a terra a principal responsável por suas penosas condições de trabalho e precárias condições de existência, mas, sim, o capital, representado pelos empresários.⁸ Até porque, a própria terra mudou. Ela não só deixou de ser, para eles, trabalhadores, uma espécie de "laboratório natural", de onde podiam extrair diretamente a sua subsistência, para ser uma mercadoria, como perdeu a capacidade de determinar a produção para o capital. Mais do que isso: além de estar compreendida por este, que se erigiu em o novo senhor do meio agrário de São Paulo, notadamente no subsetor canavieiro, sobre o qual se centra a nossa análise, ela própria, a terra, transfigurou-se em terra-capital. É este elemento, personificado nos capitalistas, que os suga agora, procurando constantemente reduzir, ao mínimo possível, os seus salários e a prolongar e intensificar, ao máximo, as suas jornadas de trabalho. Esses procedimentos, muitas vezes, estão em profundo desacordo com as leis trabalhistas e os costumes sociais e, por isto mesmo, apesar de condenáveis, os submetem a condições vis de trabalho e de vida.⁹ Diante disso, os permanentes e, no geral, latentes conflitos entre o trabalho e o capital, vividos, respectivamente, pelos trabalhadores assalariados e pelos empresários capitalistas, fatalmente teriam de vir à tona. E vieram. Vieram em maio de 1984, por intermédio da greve iniciada em Guariba, em protesto contra o sistema de corte da cana introduzido pelas usinas em 1983.¹⁰ Até aquele ano, predominava, em tal operação, o sistema de cinco ruas. Nesse sistema, o trabalhador cortava perto de 3.400 m lineares de cana por dia. Com a

8 Conforme diz José de Fátima, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guanba, membro da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) " Mas você vê tanta sujeira, tanto roubo, você sempre trabalhando e não conseguindo ter nada, que acaba se revoltando. A consciência do trabalhador um dia atinge um ponto onde ele percebe que tudo que ele produz não é dele. Veja bem, nós plantamos o feijão, o arroz, a cana, cuidamos da plantação e no fim o dinheiro vai todo para o patrão. Nós ficamos com uma miséria que dá só para comer, e muito mal. Enquanto isso o patrão compra carro de luxo, avião, apartamentos, casas, terrenos etc. Foi a partir daí que sentimos a necessidade de ir conscientizando e organizando os demais companheiros" (1985, p. 178)

9 "A jornada de trabalho começa às 6h ou 7h da manhã e termina às 17h, e o almoço, das 9h30 às 10h, e uma hora de café, das 13h às 14h. Em relação à habitação, a situação é também muito ruim. As casas são de 2 ou 3 cômodos, onde moram de 8 a 10 pessoas. Geralmente é o camarada que constrói a casa. Para fazer uma casa de dois cômodos, onde trabalham duas ou três pessoas, se demora de cinco a seis anos. É errado os trabalhadores morarem amontoados, enquanto os patrões compram casas cada vez mais confortáveis."

"O transporte é péssimo. Os caminhões, sujos e ruins, praticamente não andam ou, quando andam, correm demais. Chegam a 120, 140 km/h, levando em média 60 a 80 trabalhadores. Cada trabalhador leva um garrafão com 5 litros de água. Esta água não é suficiente para ele lavar a mão antes de se alimentar e beber quando sentir sede. Dessa forma, ou ele come com a mão suja ou trabalha com sede."

"A comida fina causa gastrite, úlceras. Além disso, os patrões utilizam herbicida que também prejudica nossa saúde. O nosso tipo de trabalho também leva a sofrer da coluna porque abaxamos bastante para pegar a cana."

"Tudo é péssimo. A mulher que trabalha levanta às quatro horas para fazer comida. Às cinco, junto com o marido e os filhos, vai para o ponto. O caminhão pega o pessoal às 5h10, 5h20. Chegam às seis e começam a trabalhar às sete horas." (p. 179-80) Bastante ilustrativo desses pontos é, também, o livro de D'Incao, 1974, especialmente a segunda parte.

10 "O motivo principal da greve foi que os trabalhadores se negaram a continuar trabalhando com o sistema de sete ruas, implantado em 1983." (Fátima, 1985, p. 179)

introdução do novo sistema, chamado sete ruas, a sua produção cai para cerca de 2.400 m lineares. Isso porque o trabalhador tem de andar mais para juntar a cana; além disso deve juntá-la em monte e não mais em leiras,¹¹ de onde será depois mecanicamente carregada. Assim sendo, além de implicar uma compressão salarial para o trabalhador, esse sistema exige dele um maior desgaste na execução da referida operação (Fátima, 1985, p.179).¹²

Por causa disso, os trabalhadores passaram a solicitar a volta do sistema de cinco ruas. Como os usineiros não atenderam a essa solicitação, eles decidiram entrar em greve. Muito embora tenha sido este o principal motivo da greve, o seu estopim acabou sendo a revolta dos trabalhadores contra as taxas d'água cobradas pela Sabesp em Guariba.¹³ A eclosão da greve contempla assim um certo espontaneísmo, gerado pelas condições de vida dos trabalhadores. Todavia, como acontece todos os anos, na época de safra, havia uma campanha salarial em curso naquela região. Alguns sindicatos tinham pautas detalhadas de reivindicações. Paralelamente, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vinha organizando reuniões e fazendo discussões, a esse respeito, com os trabalhadores. De forma que, em que pese o fato de o estopim ter sido aceso abruptamente, existia uma campanha salarial em curso, o que, de certo modo, nega o espontaneísmo. Além do que, tão logo o movimento grevista foi deflagrado, a liderança o assumiu, conduzindo-o até o seu final, que ocorreu quatro dias depois, quando foi firmado o acordo entre as partes, que ficou conhecido como "Acordo de Guariba" (D'Incao, 1984, p 4; Fátima, 1985, p 181; Ferrante, 1986, p.505).

A revolta começou com o protesto contra a Sabesp, eclodido na terça-feira do mês de maio de 1984, protesto esse que culminou, nesse mesmo dia, com o incêndio desse órgão, logo depois estendido aos canaviais (Fátima, 1985, p.179; Barban, 1989, p.169-71). Sabiam os trabalhadores que reduzir a cinzas uma plantação significava correr o risco de ficar sem trabalho por um largo tempo. Mas também sabiam que, para os plantadores de cana, não há nada, ou quase nada, mais temível e terrível que

11 Cada trabalhador passou a ter de cortar duas linhas de cana a mais, tendo que amontoar a cana na quarta rua, em pequenos montes distanciados entre si de 2 a 2,5 m, e não mais em leira contínua, como acontecia no sistema de cinco ruas em que a cana era amontoada na terceira rua. Essa mudança acarretou, para o trabalhador, o alargamento do seu raio de ação de 6 para 9 m (Gebara et al., 1983, p 1) "Este sistema vai encurtar a vida da gente", disse na época um trabalhador, revelando a percepção do limite de resistência que estava sendo violado pela dimensão do desgaste físico. Do ponto de vista dos usineiros, no entanto, havia vantagens: redução da ordem de 40% nos gastos com combustível na operação de carregamento mecânico, com o aumento da distância entre as leiras e com a dispensa da máquina para amontoar a cana, e diminuição dos custos industriais com a lavagem de cana, por que o amontoamento manual possibilita que a cana colhida tenha menos terra agregada. " (Equipe Fase, 1989, p 33)

12 Em experimento em usinas, os trabalhadores reduziram a sua produção diária de 5,87 toneladas/dia/homem obtidas no sistema de cinco ruas para 4,56 toneladas/dia/homem, no de sete ruas. Só houve superação da baixa de rendimento quando se introduziram águas, sendo os aumentos proporcionais. Isto indica que os trabalhadores se ressentem do maior desgaste de sua força de trabalho, reduzindo o esforço (Gebara, 1983, p 1)

13 Cidade com 25 mil habitantes, metade dos quais empregados nos canaviais, a 300 km de São Paulo, encravada no coração da região de Ribeirão Preto, inquestionavelmente a região canavieira mais importante do estado (Os canaviais, 1984, p 20)

o fogo nos canaviais (Barban et al., 1986). Deflagrado o movimento, ele propagou-se por vários municípios do estado, particularmente da região de Ribeirão Preto, contagiando os apanhadores de laranja, irradiando, desta forma, o conflito e a tensão a ele associada às cidades habituadas com a vida calma e pacata. Também sob esse aspecto, o urbano chegava ao campo. Saques, incêndios de veículos, destruição de prédios, choques com a polícia etc. passaram a compor o cenário do até então aparentemente sereno interior paulista. Completam a composição desse cenário sindicalistas, agentes pastorais, militantes de partidos políticos, deputados, senadores e, até, ministros. Subitamente, mais de 100 mil trabalhadores ergueram suas vozes para protestar contra as condições de trabalho a que se submetiam, reivindicando reajustes salariais, a regularização da situação de assalariados, com a eliminação dos intermediários, o registro em carteira e os direitos trabalhistas dele decorrentes (Barban, 1989, p.73; Barban et al., 1986). Explicitava-se, assim, o caráter eminentemente trabalhista das reivindicações, cuja intensificação fará que aflorem as disputas entre o trabalho e o capital, as quais, até aí, permaneciam, no mais das vezes, ocultas nas profundezas dessa parcela da vida social, que é o meio rural paulista, revelando, de uma maneira praticamente inédita neste meio, o conteúdo classista daquelas disputas. A luta incessante entre o capital, personificado pelos empresários do subsetor, e o trabalho, personificado pelos trabalhadores, torna-se então visível, configurando-se como uma autêntica batalha; batalha da qual os segundos dos contendores saem, desta feita, vitoriosos, obtendo algumas conquistas, a saber: o fornecimento gratuito pelo empregador de determinados instrumentos de trabalho, como o facão, a enxada, as luvas e tornozeleiras; o pagamento dos dias em que, por causa das chuvas ou de outro imprevisto, o corte de cana não possa ser feito; transporte de graça até o canavial ou o local de colheita da laranja e melhorias das condições de segurança do transporte – os caminhões terão de ser fechados, precisarão ter bancos fixos para que os trabalhadores não tenham de viajar de pé e as ferramentas não poderão ser transportadas junto com os trabalhadores; requisitos mínimos de segurança no trabalho; pagamento de 30 dias pela empresa em caso de doença etc. (Barban et al., 1986, p.37; Ferrante, 1986, p.505/a).

Algumas dessas conquistas, cabe observar, não estavam atrasadas apenas em relação aos trabalhadores urbanos, cujos direitos trabalhistas lhes foram assegurados nos anos 30, mas em relação aos demais trabalhadores assalariados rurais do estado, os quais têm as suas atividades regidas pela legislação do trabalho desde 1963, bem como em relação aos cortadores de cana da Zona da Mata, em Pernambuco, que, em 1979, já haviam conseguido certas garantias, que só agora chegavam aos volantes paulistas: 13º salário e a carteira de trabalho assinada.

Os volantes de São Paulo adquiriram ainda o direito de fiscalizar o pagamento que recebem. A produtividade passou a ser medida diariamente, com a emissão, no final de cada jornada, de um comprovante especificando o total de cana cortado. Foi alterada, também, a tabela de pagamento: a cana de 18 meses, mais difícil de se cortar, passou a valer Cr\$ 2.100,00 a tonelada, sendo que, antes desta alteração,

pagavam-se Cr\$ 1.400,00 por tonelada de qualquer tipo de cana. Tudo somado, o salário médio de um cortador de cana, após o acordo, passou a ser de aproximadamente Cr\$ 200.000,00 por mês, em oposição aos Cr\$ 60.000,00, anteriormente auferidos. Mas a principal conquista desses trabalhadores da cana, na referida greve, foi, sem dúvida, o retorno ao sistema de corte de cinco ruas.¹⁴

Quanto aos apanhadores de laranja, que também viram atendidas diversas das suas reivindicações, eles passaram a ganhar Cr\$ 210,00 por caixa colhida daquele cítrico, em vez dos Cr\$ 100,00 fixados pelos produtores no início da safra (Os canaviais..., 1984, p.22).

O exposto parece não deixar dúvidas de que o acordo selado realmente significou uma vitória dos trabalhadores volantes. Faz-se mister mencionar, entretanto, que, não obstante as conquistas por ela acarretadas, todas, sem exceção, de cunho trabalhista e salarial, ainda há muito por se fazer em benefício de tais trabalhadores. Razão por que talvez seja este um dos motivos pelos quais, malgrado a trégua estabelecida, as disputas trabalhistas e as tensões delas resultantes nunca chegaram a ser extirpadas. Mesmo porque, o acordo teve validade somente para a safra de 1984/1985. E, ainda assim, com limitações. Algumas de suas cláusulas, como, por exemplo, a que dizia respeito ao fornecimento de instrumentos de trabalho ao trabalhador, pelo empregador, jamais foram cumpridas.¹⁵ Ademais, a sua vigência acabou não se estendendo igualmente por todo o estado. Sobre isto, alegava a Fetaesp não ter assinado acordo algum, convenção ou contrato coletivo, em termos estaduais, seja para os cortadores de cana, seja para os colhedores de laranja, motivo pelo qual a aplicação do acordo em todo o território de São Paulo ficou prejudicada. Aliás, a própria Fetaesp passou a ser questionada. Menos por isso e mais pela orientação por ela imprimida ao sindicalismo no estado. Na verdade, houve uma cisão, da qual emergirá, sob o respaldo da Central Única dos Trabalhadores – CUT – uma nova proposta para o movimento sindical rural paulista. Fato que acabou repercutindo na constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, para o qual concorreram duas chapas, uma apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal, e, de certa forma, respaldada pela Fetaesp, e outra defendida pela CUT. Encabeçada por José de Fátima, membro da comissão de greve de 1984, posteriormente eleito delegado sindical, esta última chapa venceu a eleição, com uma diferença de 25% dos votos. Por trás dessa disputa

14 "Ao projeto de reivindicações apresentadas, garantiu-se, em princípio, a volta do sistema antigo do corte de cana de cinco ruas, a principal vitória, além do saldo da experiência de organização" (Ferrante, 1986, p 505/a) O acordo consistiu em "volta ao sistema de cinco ruas, reajuste de Cr\$ 1 200,00 para Cr\$ 2 100,00 por toneladas de cana cortada, fornecimento gratuito de equipamentos de trabalho, pagamento de 30 dias pela empresa em caso de doença" (Barban et al , 1986, p 37) Essa greve manteve, portanto, o sistema de cinco ruas, frustrando a tentativa de manutenção do sistema de sete ruas, implantado em 1983, e interrompendo, deste modo, uma sequência de mudanças que vem desde a década de 1960, quando se instituiu, no lugar do sistema de três ruas, o de quatro ruas, o qual fora substituído nos anos 70 pelo de cinco ruas (Equipe Fase, 1989, p 33)

15 Nas palavras de um trabalhador "Agora, temos de ficar com um olho no eito e outro no usineiro, para ver se ele cumpre o trato" (Os canaviais , 1984, p 26)

estavam, em nível nacional, a CUT e a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora – Conclat – entidade esta com a qual a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag – e, por conseguinte, a Fetaesp se alinham (Ferrante, 1986, p.507; Carvalho Neto et al., s.d., p.17).

No decurso desses acontecimentos, a campanha salarial permaneceu lançada e a mobilização social em andamento. O resultado inevitável disso foi o crescimento do movimento grevista, que se alastrou primeiro na região de Ribeirão Preto, depois noutras regiões, atingindo, ao todo, cerca de 60 cidades.¹⁶ Certo é que o estado, na sua pretensa condição de árbitro, tentou, sem êxito, conter tal crescimento e alastramento. Procurou, num primeiro momento, generalizar o acordo de Guariba.¹⁷ Já em 1985, acenou com a criação de frentes de trabalho, ulteriormente contempladas com o Plano de Reforma Agrária do Governo do Estado de São Paulo¹⁸ e definidas como assentamentos.

Esse ano de 1985 é marcado por duas greves, na região canavieira de Ribeirão Preto. A primeira delas é deflagrada logo em janeiro. Desta feita, os trabalhadores reivindicam basicamente a estabilidade no emprego ou o salário-desemprego. Novamente o movimento é deflagrado por eles e, em seguida, encampado pelo sindicato, cuja liderança é agora, sem dúvida, mais representativa. E, mais uma vez, o estado intervém, por meio de medidas assistenciais; além da já mencionada criação de frentes de trabalho, ele promove a distribuição de alimentos aos trabalhadores (Ferrante, 1986, p.509; Foita, 1986, p.86), por intermédio das prefeituras.

Apesar de a principal reivindicação dos grevistas – a garantia de emprego na entressafra – não ter sido atendida, eles conseguiram alguns ganhos, como a elevação dos salários das mulheres e das crianças e, em determinados locais, reajustes salariais para os homens, da ordem de 100%.

Finda essa greve, começa logo depois, em maio, uma nova onda de greves. O que se reivindica agora é a alteração da forma de pagamento do corte da cana por tonelada, pela de metro linear. A essa reivindicação são acrescidas outras, a saber: reajustes salariais; contratos de trabalho de duração mínima de 12 meses; pagamento da diferença por acidente de trabalho, salário-família; licença-gestante, salário integral, caso não seja possível trabalhar por causa de chuvas ou outro motivo; estabilidade para os trabalhadores das comissões de negociação, transporte seguro, fornecimento

16 Segundo dados da Fetaesp Para a grande imprensa, as greves não atingiram mais que quarenta cidades (Ferrante, 1986, p 506)

17 Isso, em franca convicência com a associação empresarial, a Faesp, e em desacordo com a Fetaesp, a qual se manifestara contra

18 Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Diretoria Regional de São Paulo, Anteprojeto do Plano Regional de Reforma Agrária, São Paulo, dezembro de 1985 Não obstante o fato de os aludidos assentamentos funcionarem, em regra, como autênticos reservatórios de mão-de-obra, nos quais os trabalhadores desempregados ou subempregados se refugiam, eles vêm sendo explicados no meio universitário como uma reversão do processo de proletarianização, a que se dá o nome de “desproletarização/recampanização (Bergamasco et al , s d)

gratuito de instrumentos de produção e equipamentos de proteção. Todavia, essa pauta inicial de reivindicação foi modificada. Com as modificações introduzidas, a pauta passou a ser a seguinte: diárias de Cr\$ 20.000,00, estabilidade para os trabalhadores integrantes das comissões de negociação, maior segurança e continuidade de emprego, contratação imediata dos desempregados, pagamento pelos dias parados, readmissão dos dirigentes sindicais demitidos (Ferrante, 1986, p.510-1).

O ganho maior dessa greve resume-se na obtenção do piso salarial, extensivo somente aos trabalhadores da cana e da laranja, ganho esse, vale notar, conseguido após muita luta. O estado, em que pese toda a sua roupagem democrática, não hesitou em lançar mão da violência física, por intermédio da ação da polícia militar nos piquetes, nas invasões de casas dos trabalhadores, na utilização de bombas de gás lacrimogênio etc. Repressão que se repetiria em Leme, na greve de 1986, quando houve duas mortes. Repetiram-se nessa greve os acontecimentos de Guariba (No interior..., 1986, p.30-4; Cenário, 1986, p.26-7), com a luta de classes se travando de maneira igualmente aberta e franca. Agora, além de reajuste salarial, reivindica-se estabilidade aos membros da comissão de negociação, garantia de afastamento por 120 dias às trabalhadoras gestantes etc.

Nessa ocasião, os acordos firmados, por sinal isolados, assinalam alguns avanços, tais como o pagamento da cana por metro linear, o corte do ponteiro da cana depois de ter ela sido amontoada, a feitura dos montes de cana numa proximidade menor etc. No entanto, esses avanços não foram mantidos nos anos posteriores, repetindo-se, assim, o que já havia acontecido em 1984, em que as conquistas realizadas não se estenderam a 1985 (Equipe Fase, 1989, p.36).

Em 1987, 130 mil trabalhadores pararam as suas atividades. Nesse ano, a campanha salarial pautou-se pelo aprofundamento das disputas internas que vinham ocorrendo na Fetaesp já há algum tempo. Esse aprofundamento e o decorrente acirramento culminaram com o acordo coletivo por ela firmado, mas só assinado pelo seu presidente, por ser contrário à forma e ao conteúdo das práticas desenvolvidas pelos sindicalistas na região de Ribeirão Preto, que procuram realizar um trabalho mais próximo dos assalariados, principalmente dos temporários, identificando-se, dessa maneira, mais com as causas destes trabalhadores que com as dos pequenos produtores, majoritários na Fetaesp (p.35-8) e privilegiados pelo IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais de 1985 (1985b, p.67).

No que se refere à forma, o acordo caracteriza-se por ter sido firmado "por cima", sem discussão com os sindicatos e muito menos com os trabalhadores, contrariando as campanhas salariais postas em prática desde o início dos anos 80, as quais visavam à mobilização e a uma pauta colada nas reivindicações imediatas dos trabalhadores-segurança no transporte, eliminação do gato etc. -, utilizando-se como estratégia a realização de assembléias. Quanto ao conteúdo, além de ignorar algumas conquistas trabalhistas feitas em anos precedentes, o piso salarial era inferior ao efetivamente pago, uma vez que os movimentos grevistas acabaram por propiciar um aumento dos salários (1989, p.32).

O fato de a diretoria da Fetaesp ser composta essencialmente por pequenos produtores (que apoiaram os encaminhamentos dados nesse ano de 1987) reforçou a idéia de desmembramento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, estes, sim, predominantemente de assalariados.

As divergências no interior da Fetaesp prosseguiram na campanha salarial de 1988. Nesse ano, o processo de unificação da pauta de reivindicações (sub-regional, regional e estadual) marcou-se por um clima de cisão entre o grupo de Ribeirão Preto – Araraquara e o restante da Fetaesp. Cisão que se torna evidente no momento da unificação da pauta, quando se põem, de um lado, a ala conservadora da Fetaesp, mobilizando todos os sindicatos sob sua influência, na grande maioria de pequenos produtores, e, de outro, o grupo de Ribeirão Preto-Araraquara, formado quase que exclusivamente por assalariados (p.36-8).

Ainda no ano de 1988, com base nos resultados do seminário promovido pelo grupo de Ribeirão Preto-Araraquara, no qual, além de se debater sobre os efeitos da mecanização do corte da cana para o trabalhador, fez-se uma avaliação da estrutura sindical rural, concluiu-se que a estratégia a ser adotada diante da tal mecanização, intensificada a partir de 1987, era a luta articulada de todos os trabalhadores assalariados, incluindo-se os tratoristas, motoristas, operadores de máquinas, em que, a despeito de ser justificada pelo fato de estes últimos trabalhadores pertencerem, em regra, a sindicatos não combativos e atrasados (p.36-8), já é, na verdade, indicativa da similitude existente entre esses trabalhadores e os do corte da cana. Fundamentalmente, disto redundou a vicissitude de reestruturação sindical, concretizada em 16 de abril de 1989, com a criação do Sindicato dos Empregados Rurais, que, ao incorporar um estatuto que contempla também tratoristas, condutores de veículos e operadores de máquinas agrícolas, procura preencher um espaço de grande importância para a mobilização dos assalariados do campo, ainda não ocupado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Essa reestruturação, efetuada sob a liderança dos sindicatos da região de Ribeirão Preto-Araraquara, implicou, naquela mesma data, as suas desfiliações da Fetaesp e a subsequente fundação da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – Feraesp (p.38-9).

A industrialização do campo transforma a massa da população rural. Ela é, em larga medida, a responsável pelo esvaziamento populacional do meio agrário, mediante a expulsão de trabalhadores residentes, dos quais uma parte se vê obrigada a deslocar-se periodicamente ao campo para nele trabalhar. Por outro lado, ao se processar, a industrialização promove a concentração da produção, do capital e da força de trabalho em determinadas linhas produtivas, esta última, no mais das vezes, de cunho intermitente e, paradoxalmente, da propriedade da terra. O excesso de gente e a sazonalidade do trabalho que contribui para gerar dificultam a aglomeração dos trabalhadores. A intensificação da concorrência que daí deriva divide os seus interesses. A concentração da produção atua como contratendência, favorecendo a aglomeração da massa trabalhadora. A manutenção do salário e a garantia de emprego durante todo o ano, esses interesses comuns que possuem contra os patrões, acabam

por reuni-los numa mesma coletividade: o Sindicato e a sua Federação. Por isso, estes procuram sempre fazer cessar a concorrência entre os trabalhadores, para que eles possam competir com os capitalistas. De modo ambíguo, é preciso que se diga. Pois os sindicatos incluem em suas bandeiras de lutas a reforma agrária. O que também acontece com a CPT, órgão que ensina os trabalhadores a lutarem pela terra, por ele diferenciada em "terra de trabalho" e "terra de negócio". Isso, convém observar, mesmo sendo raras as vezes em que a terra aparece no rol das reivindicações dos trabalhadores. Além do mais, segundo sabemos, ela não apenas se converteu em mercadoria, deixando de ser um "laboratório natural" ao trabalhador, como, ao fazê-lo, transformou-se em terra-capital

Retomemos, contudo, as questões relativas à concorrência dos trabalhadores com os capitalistas. Se, num primeiro momento, a reivindicação dos trabalhadores é puramente econômica – salário, emprego etc. –, à medida que o movimento cresce e ganha projeção, levando os capitalistas a se manifestarem por meio da repressão, não raro com a ajuda do estado, como aconteceu explicitamente em 1984 e 1986, o referido movimento tende a adquirir um caráter nitidamente político.

Este caráter é evidenciado não somente pela amplitude assumida pelo movimento grevista após 1983 e pela maneira franca e aberta em que se tem dado o embate, mas também pelas conquistas obtidas pelos trabalhadores;¹⁹ amplitude manifesta na participação de mais de 100 mil trabalhadores e na sua propagação pelo interior paulista, envolvendo múltiplas cidades, bem como na intervenção estatal, por meio da repressão imposta pela polícia militar, da mediação de ministros e secretários, governadores, deputados etc.; maneira franca e aberta da luta expressa nos incêndios, quebra-quebras, nos saques, nos piquetes, nas demissões e, sobretudo, no corpo a corpo com a polícia, marcado por espancamentos, ferimentos, prisões e mortes, conquistas que não se resumem aos reajustes salariais e à obtenção de direitos trabalhistas, mas que se estendem à aprendizagem política.²⁰ Uma vez chegado a esse

19 Aspecto esse frequentemente inobservado pelos adeptos da idéia de movimentos sociais. Contra eles, assinalamos que muito embora os movimentos políticos também sejam movimentos sociais, nem sempre estes se configuram como movimentos políticos. Constituem-se, no mais das vezes, em movimentos localizados e isolados, quando não tópicos ou passageiros. Parafrazeando Marx, diremos que tais movimentos são, em regra, sectários. E que o desenvolvimento do sectarismo socialista e o do movimento operário se encontram sempre em relação inversa. As seitas só se justificam historicamente quando a classe operária ainda não amadureceu o suficiente para um movimento histórico independente. Porém, tão logo tenha alcançado essa maturidade, todas as seitas se tornam essencialmente reacionárias. Até que ponto não está ocorrendo isso com os ideólogos dos movimentos sociais? Eis aí uma questão instigante, a ser pesquisada (Marx, 1974a, p. 137, 1987, p. 35-8)

20 Quanto a isso, vale a pena reter as observações de Lenin: "As greves ensinam os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde (repousa) a dos operários, ensinam a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária. ensinam os operários a reunirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de 'escola de guerra', escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital (Lenin, 1979, p. 48-50)

ponto, em que a luta de classes não só aflora na superfície social, como o faz da maneira mais crua possível, pondo a nu a sua contradição maior, o movimento adquire uma configuração política, pois esta não é senão a luta de classes (Marx, 1974a, p. 136).

A industrialização do campo altera sensivelmente as relações sociais e, por conseguinte, a composição de classes, o que acarreta o estabelecimento de novas alianças e correlações de forças, em que os interesses assentados na propriedade da terra e do capital comercial²¹ são sobrepujados pelos interesses centrados no trabalho – salários, empregos etc., pelo lado dos trabalhadores, para quem, não é demais reiterar, a terra deixou de ser uma espécie de “laboratório natural”- e no capital industrial, financeiro e agrícola – maximização dos lucros, pelo lado dos empresários. A agricultura mudou. E não só a sua estrutura técnico-econômica (aí incluída a terra), mediante a sua industrialização; mas também a sua estrutura social, cuja composição é cada vez mais assimilada à urbana. A essas mudanças se ligam a desruralização da população e a urbanização do campo. Num caso, o primeiro, verifica-se, além do esvaziamento populacional e do conseqüente desenraizamento das pessoas do meio rural, constatáveis, respectivamente, no decréscimo relativo e absoluto do número daquelas pessoas e na mobilidade delas, o estabelecimento de uma nova sociabilidade, cujos nexos sociais são dados pela forma valor, na troca, em que as pessoas são indiferentes umas às outras, contando apenas e tão-somente o dinheiro que trazem em seus bolsos (Marx, 1972; 1983, v.1, cap.12, 4; Rosdolsky, 1979, cap.4-8). Noutro, o segundo, tem-se não só uma profunda modificação no modo de produzir, com a industrialização do agro, como nas maneiras de armazenar, comercializar, transportar, consumir e até mesmo viver. Isso sugere que a indústria impôs o seu modo de organizar a vida social à agropecuária, estando ambas submetidas a uma única e mesma dinâmica, a capitalista avançada, a qual é comandada pelo capital industrial e financeiro, associado ao Estado.²²

Acresce-se ao que antes fora dito, o fato de um contingente razoavelmente amplo desses trabalhadores ter ascendido à condição de cidadãos desse mundo mercantilizado, o capitalista, ao serem totalmente expropriados, nada mais lhes restando senão a força de trabalho de que são portadores e com a qual comparecem no mercado, a fim de vendê-la, recebendo em troca uma dada quantia em dinheiro, seus salários. Esta expropriação se estende ao saber específico de tais trabalhadores, provocada pela mecanização, quimificação, biologização e divisão do trabalho que as acompanha, com o trabalho deles se tornando realmente simples e indiferenciado, ou seja, abstrato, o que lhes permite exercer qualquer função, como de cortar cana, apanhar

21 Tanto da parte dos proprietários fundiários, quanto da parte dos trabalhadores Para os primeiros, a terra era vista como fonte de riqueza e de poder; para os segundos, a possibilidade de se livrarem do jugo daqueles senhores e dos comerciantes a eles associados, e assim alcançar condições de vida mais dignas

22 Essa é também a conclusão a que chega Müller, válida para o conjunto da economia agrária paulista (1985c). Ver, ainda, desse autor, a esse mesmo respeito, os trabalhos por ele publicados, respectivamente, em 1985a e 1985b).

laranja e na construção civil, por exemplo, e que lhes confere identidade, em nível mais fundo que os conferidos pelo salário, que é uma categoria da superfície social.²³

É nessas circunstâncias que são trocadas experiências e elaboradas estratégias de vida. Ao lado disso, aprendizagens de luta, principalmente operária, são assimiladas, seja diretamente, seja por meio de educação política (sindicatos, partidos etc.), seja ainda por intermédio dos meios de comunicação modernos (rádio, televisão, cinema, vídeo etc.). Da interação desses vários elementos resulta a formação de uma cultura nova, essencialmente urbana, que nada mais tem a ver com o rural, a não ser o local de consumo da força de trabalho, que é uma usina, fazenda ou sítio, só que, desde há muito, convertidos em empresas e orientados para o lucro.

Compreende-se, assim, por que os trabalhadores rurais, particularmente os assalariados, fixos e volantes, tendem a se aproximar mais, em suas reivindicações e lutas, dos operários urbanos. Os seus interesses tornaram-se comuns. E a razão disto é simples: sem se desconsiderar a existência de diferenças internas nos assalariados rurais, pode-se dizer, sem nenhuma arbitrariedade, que ambos são operários.²⁴ E que quem os explora e domina não é mais a terra e sim o capital.²⁵ Este é, e não de agora, mas desde há muito, o senhor que a todos domina e subordina, inclusive a senhora terra. E se ainda há os que se aferram a esta, não é por que resistem àquele senhor, mas sim à proletarianização, que os ameaça. Ao se assenhorear de todos e tudo, o capital erigiu-se no novo senhor, sim, dos canais paulistas e, por que não dizer, do meio agrário paulista; mas, ao fazer isso, assumiu a condição de principal e maior inimigo dos trabalhadores rurais.²⁶ Ora, essas circunstâncias impõem a esses trabalhadores a necessidade de rompimento com a velha aliança, estabelecida em virtude do inimigo comum dos trabalhadores, isto é, do capital, e não mais da terra, como continuam pensando e apregoando muitos, aí incluídos sindicalistas, membros de federações e da confederação dos mencionados trabalhadores, sendo esta, aliás, a posição majoritária em tais instituições.²⁷ Pelo que se supõe, essa tendência deverá romper a aliança geral a que os trabalhadores rurais estão submetidos no sindicalismo brasileiro. Tudo

23 Acerca desse último ponto, ver Oliveira, 1987, cap 3, em particular p 93

24 Na feliz expressão de Ianni, 1976, "A classe operária vai ao campo" As diferenças entre os assalariados rurais decorrem da presença, dentre eles, de pequenos produtores, que se assalariam apenas periodicamente. Todavia, já são semiproletários, fato que os aproxima dos proletários. E se ainda se aferram à terra, não é porque, como se dirá a seguir, resistem ao capital, o qual idealizam, quando não o personificam, e sim à proletarianização, que os ameaça a todo instante

25 Sobre a subsunção da terra no capital, ver Silva, 1981, especialmente o cap 3, "Estudos sobre a estrutura da produção e a questão agrária", 1984, notadamente o estudo n 3, Muller, 1982, Gnaccarni, 1988. Entre os clássicos, ver Marx, 1974b, t 3, cap 47, p 741, 1974c, p 111-130

26 A alusão aí é a Lenin, 1987c, v I, p 143-360, t 6, p 371-452. Mas ver, também, dentre os vários trabalhos de Muller, (1985b)

27 Acerca da posição do sindicalismo diante da "questão agrária", ver Contag, 1979, Carvalho Neto, s.d., Alves, 1989, p 10-11. Vale expor, a propósito, a idéia de Lenin, 1987b, v 6, p 397, de que "A terra não passa do capital para o trabalho, como apregoam os maus conselheiros dos trabalhadores. Ela passa aos que têm dinheiro, capital, justamente com os quais é preciso lutar, em união com os operários da cidade"

indica que, ao se aprofundarem as transformações do campo e se elevar o nível de organização e de consciência dos trabalhadores rurais, mormente dos assalariados, o acesso à terra não mais poderá continuar figurando como bandeira unitária de luta do sindicalismo rural.²⁸ Haja vista que as greves têm priorizado as questões salariais e os direitos trabalhistas, que não passam pelo acesso à terra, mas pela luta contra os mandos e desmandos do capital. Foi assim em 1984, ocasião em que a greve teve como causa principal a mudança do sistema de corte de cana de cinco para sete ruas; também foi assim nas greves de 1985 e 1986; na primeira destas, a de 1985, as principais reivindicações dos trabalhadores foram, respectivamente, a garantia de emprego na entressafra ou o salário-desemprego, e a substituição do sistema de pagamento da cana por tonelada cortada pelo de metro linear. É somente na campanha de 1988 que há menção à terra, dela constando a reivindicação de dois hectares para plantio de subsistência; no mais, as reivindicações são, ngorosamente, de cunho trabalhista (Alves, s.d., p.10-11; Silva et al , 1987, p.10).

Mas, se tudo parece apontar nessa direção, por outro lado, com as crescentes mobilizações dos trabalhadores rurais, após 1983, os empresários agrícolas passaram a investir mais na mecanização do corte de cana, até então vista como antieconômica. Do que redundava a diminuição do número de empregos, com notórias conseqüências sobre os volantes, cujo contingente decresce não só em razão da mecanização do corte da cana, mas também em virtude da nova racionalidade das usinas e destilarias de elevar o montante de trabalhadores fixos em detrimento dos temporários, atendendo, assim, se bem que de maneira perversa, a uma antiga reivindicação dos trabalhadores, a do contrato anual de trabalho.²⁹ É sob esse contexto que se dá a reestruturação sindical. Agrupando todos os trabalhadores assalariados rurais, o novo sindicato apresenta-se como uma resposta a essas condições, bem como às práticas patronais de segmentação, cada vez maior, dos trabalhadores, pelos quais também exercem o seu domínio sobre estes (Equipe Fase, 1989, p.39-40).

28 E o que é pior, ao unificar o movimento, o sindicalismo suprime as reais e significativas diferenças existentes entre as várias modalidades de trabalhadores

29 A mecanização do corte da cana acentua o desemprego, intensificando a concorrência entre os trabalhadores (Equipe Fase, 1985b, p 11) Os usineiros alegam ainda que "as máquinas trabalham 24h, não faltam, não fazem greve, não vão ao sindicato e não reivindicam aumento salarial. Por outro lado, argumentam também que está ocorrendo falta de pessoal para o corte de cana, pois, segundo eles, ninguém quer mais exercer essa atividade, devido ao desgaste físico que apresenta" Além do mais, "ainda segundo eles, o rendimento dos trabalhadores diminui com o avançar da safra e aumenta o número de trabalhadores faltosos. Se o rendimento no início da safra é de 100% (6,5 toneladas/dia por trabalhador), no final da safra a produtividade já caiu para 50%" (Alves, 1989, p 1173) De outro lado, os empresários já dispõem de colhedoras mais eficientes, fabricadas pela Dedini e Santal, que promoveram mudanças substanciais nas possibilidades de mecanização do corte (p 1170)

BERTERO, J. F. The argument between the capital and work: the rural strikes in the interior of São Paulo in the 80's. *Perspectivas (São Paulo)*, v.17-18, p.167-182, 1994/1995.

- **ABSTRACT:** *This article presents a study of strikes of rural workers in São Paulo State in the 80's. These strikes are seen as expressions of present social contradictions in the rural areas due to industrialization. The similitude between the rural strikes and the workmen strikes will be discussed based on these assumptions.*
- **KEYWORDS:** *Work; capital; exploitation; struggle; strikes; class struggle.*

Referências bibliográficas

- ABROMOWAY, R. Progresso técnico: a indústria é o caminho? *Proposta*, n.27, nov.1985.
- ALVES, F. J. da C. *Modernização da agricultura e sindicalismo, reflexo na região canavieira de Ribeirão Preto*. Campinas, s.d. (Mimeogr.)
- _____. Mecanização do corte de cana e movimento dos trabalhadores assalariados volantes na região de Ribeirão Preto, algumas reflexões. In: PIPSA. ENCONTRO DOS GRUPOS TEMÁTICOS, 13, 1988, Botucatu. *Anais...* Rio de Janeiro, 1989.
- BACCARIN, J. G. et al. Mineiros no corte da cana na região de Ribeirão Preto. *Travessia. Rev. do migrante*, v.1., maio/ago., 1988.
- BARBAN, V. A. *O trabalhador rural da agroindústria canavieira empresarial do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1989. 92p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BARBAN, V. A. et al. Breve histórico dos conflitos trabalhistas no meio agrário paulista: 1870-1985. *Informações Econômicas*, n.8, ago., 1986.
- BELLUZZO, L. G. de M. *Valor e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BERGAMASCO, S. et al. *Análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamento no Estado de São Paulo*. UNESP, s.d. (Projeto de Pesquisa).
- BERTERO, J. F. *Parceiros do Rio Pardo: um estudo do processo de trabalho na cultura da cebola*. Campinas, 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Campinas.
- BRANDÃO, C. R. *Plantar, colher, comer: um estudo do campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MIRAD) E INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO. *Anteprojeto do plano regional de reforma agrária*. São Paulo, dez. 1985.
- OS CANAVIAIS da ira: um levante de “bóias-frias” exhibe a face escura dos campos. *Veja*, 23 maio 1984. (Editorial).
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964.

- CARVALHO NETO, J. S. et al. A CONCLAT e a organização dos trabalhadores. *Cadernos Ceas*, n.89, s.d.
- CENÁRIO FUMEGANTE, onda de greve no rescaldo do Leme. *Isto é*, 23 julho 1986.
- CONFEDERAÇÃO Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Questões agrárias. In: CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS, 3, 1979, Brasília, 1979.
- DINCAO, M. C. O "bóia-fria": acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1974.
- _____. O despertar do "bóia-fria". *Veja*, 30 maio 1984.
- EQUIPE FASE (Jaboticabal). O movimento dos trabalhadores rurais no Estado de São Paulo. *Proposta*, n.26, jul.1985a.
- _____. IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. *Proposta*, n.27, nov. 1985b.
- _____. São Paulo: os novos desafios depois de Guariba. *Proposta*, n.42, out. 1989.
- FÁTIMA, J. de Combates em Guariba. *Escrita/Ensaio*, n.14, 1985. (Entrevista concedida a ANTUNES, R. et al.).
- FAUSTO, R. *Marx, lógica e política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FERRANTE, V. L. B. "Bóias-frias" em greve no Estado de São Paulo: a coletivização dos espaços de luta. In: PIPSA. ENCONTRO DOS GRUPOS TEMÁTICOS, 11, 1985, Botucatu. *Anais...* Botucatu, 1986.
- FISCHER, A. L. et al. O trabalho na agroindústria canaveira: um processo em mudança. In: FLEURY, M. T. L. et al. *Processo e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1987.
- FOITA, V. G. A indústria da seca em São Paulo. *Reforma agrária*, mar.1986.
- GEBARA, J. J. et al. O novo sistema de corte de cana por 7 ruas: quem ganha? *Série Estudos (Jaboticabal)*, UNESP, n.8, 1983.
- GIANNOTTI, J. A. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difel, 1966.
- _____. Formas da sociabilidade capitalista. In: _____. *Trabalho e reflexão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GNACCARINI, J. C. *Agricultura e capitalismo: formas de produção diferenciadas*. São Paulo, 1988, 143p. Tese (Livres-Docência) – Universidade de São Paulo.
- LANNI, O. A classe operária vai ao campo. *Cadernos Cebrap*, n.24, 1976.
- LENIN, V. I. Sobre as greves. In: _____. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- _____. Ce que sont les amis du peuple et comment ils luttent contre les social-démocrates. In: _____. *Oeuvres*. Paris: Ed. Sociales, 1987a. v.1.
- _____. Aux paysans pauvres: explication à l'usage des paysans de ce que veulent les social-démocrates. In: _____. *Oeuvres*. Paris: Ed. Sociales, 1987b. v.6.
- MARX, K. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1972. v.1, 2.
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1973, v.1.
- _____. As greves e as coligações operárias. In: _____. *Miséria da filosofia*. Porto: Escorpião, 1974a.

- MARX, K. *El capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974b. v.3.
- _____. A propriedade e a renda. In: _____. *Miséria da filosofia*. Porto: Escorpião, 1974c.
- _____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1. (Os Economistas).
- _____. Marx a Frederico Bolte. In: MARX, K., ENGELS, F., LENNIN, V. I. *Acerca del anarquismo e el anarco sindicalismo*. Moscou: Ed. Progreso, 1987.
- MÜLLER, G. *A dinâmica da agricultura paulista*. São Paulo: Seade, 1985a.
- _____. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. *Rev. de Economia Política*, v.2, n.6, abr./jun.1985b.
- _____. A velha senhora agrária e seus novos balagandãs. *Novos Estudos Cebrap*, n.11, jan.1985c.
- OS CANAVIAIS da ira: um levante de bóias-frias exhibe a face escura dos campos. *Veja*, 23 maio 1984. (Editorial).
- OLIVEIRA, C. A. B. de. *Considerações sobre a formação do capitalismo*. Campinas, 1977. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas.
- NO INTERIOR, a força do sindicato. *Veja*, 23 julho 1986. (Editorial).
- _____. *O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas, 1985. Tese (Doutoramento) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas.
- _____. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RANGEL, I. A questão da terra. *Rev. de Economia Política*, v.6, n.4, out./dez.1986.
- ROSDOLSKY, R. *Génesis y estructura de "El Capital" de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. México: Siglo Veintiuno, 1979.
- SÉVE, L. Psicanálise e materialismo histórico. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.21, 1980.
- SILVA, M. A. de M. et al. "Bóia-fria": vida, trabalho e luta. Araraquara: UNESP; IICSE, 1987.
- SILVA, S. *Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo*. São Paulo: Pólis, 1981.
- _____. Estudos sobre a estrutura da produção e a questão agrária. *Cadernos IFCH*, Campinas, n.11, jan.1984.
- SILVEIRA, P. Da alienação ao fetichismo: formas de subjetivação e de objetivação. In: _____. (Org.) *Elementos para uma teoria da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989.
- VELHO, O. A proposta de terra e Igreja. *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.22, 1980.